



A branquitude nas universidades e suas nuances na sociedade brasileira atual

Whiteness in universities and its nuances in current Brazilian society

La blanquitud en las universidades y sus matices en la sociedad brasileña actual

María Emilia Landaeta Silva¹

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

RESUMO

A branquitude é um conceito que explica a posição do branco nas relações de poder vinculadas à hierarquização das raças, sendo uma imposição herdada pelo colonialismo. A negritude, por outro lado, engloba as características da população negra, sua história, sua cultura e sua religião, com o intuito de demarcar as diferenças evidenciadas, com desdém, pela população branca, porém que traçam a história dos negros no Brasil. A intenção de estudar estes conceitos em conjunto é a de evidenciar que, historicamente, a população branca tem sido privilegiada em detrimento da população negra e que as consequências geradas pelas relações de poder, implicam no deterioro da qualidade e das possibilidades de vida da população negra. O mito da democracia racial e a meritocracia são responsáveis pela falta de interesse em entender que o privilégio branco garante as melhores posições na sociedade para os brancos e destina as piores situações para os negros. O racismo estrutural que gera o racismo institucional tem afetado as universidades brasileiras, no sentido de não permitir ou dificultar a realização de pesquisas sociais utilizando as epistemologias provindas de autores africanos que tem influenciado os autores afro-brasileiros na formulação de teorias que ajudem no entendimento das relações étnico-raciais no país.

Palavras-chave: Branquitude; Negritude; Racismo estrutural; Racismo institucional nas universidades.

ABSTRACT

Whiteness is a concept that explains the position of white people in the relations of power linked to the hierarchization of races, being an imposition inherited by colonialism. Blackness, on the other hand, encompasses the characteristics of black people, its history, culture and religion, in order to demarcate the differences shown, with contempt, by the white population, but which trace the history of black people in Brazil. The intention of studying these concepts together is to show that, historically, the white population has been privileged over the black population and that the consequences generated by the relations of power imply the deterioration of the quality and possibilities of life of the black population. The myth of racial democracy and meritocracy are responsible for the lack of interest in understanding that white privilege guarantees the best positions in society for white people and destines the worst situations for black people. The structural racism that generates institutional racism has affected Brazilian universities, in the sense of not allowing or hindering the realization of social research using epistemologies from African authors that have influenced Afro-Brazilian authors in the formulation of theories that help in the understanding of ethnic-racial relations in the country.

Keywords: Whiteness, Blackness, Racism, Structural racism; Institutional racism in universities.

¹Mestra em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Uberlândia (UFU); <https://orcid.org/0000-0002-2078-4610>; Endereço eletrônico: mariaemilialandaeta@gmail.com



RESUMEN

La blanquitud es un concepto que explica la posición de los blancos en las relaciones de poder ligadas a la jerarquización de razas, siendo una imposición heredada del colonialismo. La negritud, en cambio, engloba las características de la población negra, su historia, cultura y religión, para demarcar las diferencias mostradas con desdén por la población blanca, pero que trazan la historia de los negros en Brasil. La intención de estudiar estos conceptos en conjunto es mostrar que, históricamente, la población blanca ha sido privilegiada sobre la población negra y que las consecuencias que generan las relaciones de poder implican el deterioro de la calidad y posibilidades de vida de la población negra. El mito de la democracia racial y la meritocracia son responsables del desinterés por entender que el privilegio blanco garantiza las mejores posiciones en la sociedad para los blancos y destina las peores situaciones a los negros. El racismo estructural que genera racismo institucional ha afectado a las universidades brasileñas en el sentido de no permitir u obstaculizar la realización de investigaciones sociales utilizando epistemologías de autores africanos que han influido en las teorías de autores afrobrasileños en la formulación de conocimiento que ayude en la comprensión de las relaciones étnico-raciales en el país.

Palabras clave: Blanquitud; Negritud; Racismo estructural; Racismo institucional en las universidades.

Introdução

O presente artigo visa apresentar o conceito de branquitude e suas nuances relacionadas à negritude, para compreender o funcionamento das relações de poder dentro das universidades. Estes termos são agora utilizados no âmbito acadêmico, no entanto, coexistem desde o período escravocrata, uma vez que, no momento em que o negro foi sequestrado e trazido ao Brasil de maneira forçosa, foi estabelecida a hierarquia do branco sobre o negro, instituída e solidificada pela ação opressora, desumanizante e humilhante dos colonizadores com a qual os brancos afirmaram sua autoridade, subalternizando à população negra e aos povos originários, garantindo sua posição de superioridade na destruição de tudo o que se opunha a eles, incluindo seres humanos.

Para analisar a teoria da branquitude é necessário compreender as relações de poder na sociedade brasileira, especialmente nas instituições acadêmicas, assim como também estudar o privilégio branco outorgado injustamente à população branca como parte do processo histórico da colonização. Dessa maneira, a branquitude é silenciosa e silenciada pelo grupo branco dominante através do mito da democracia racial e da meritocracia.

As discussões sobre branquitude precisam ser desenvolvidas a partir de conceitos como negritude, identidade negra e miscigenação que, ao mesmo tempo, ajudam na compreensão de uma nova forma de categorização dos cidadãos, o colorismo, entre outros vestígios da branquitude que põem em xeque a uma grande parte dos brasileiros. A

construção dessa teoria tem como objetivo elucidar que o ponto de vista do branco tem prevalecido historicamente, portanto, é imprescindível considerar também o ponto de vista da população negra para alcançar a justiça e o equilíbrio racial. Os conceitos branquitude e negritude, com todas as suas nuances, devem ser analisados em conjunto pois só dessa maneira será possível apresentar os impactos reais, explicando como a atribuição de privilégios somente à população branca, ajuda na manutenção do racismo.

Cabe ressaltar a branquitude como conjunto de características que identificam o branco como possuidor de privilégios sociais, culturais, religiosos, econômicos e institucionais constituídos estrategicamente no período da colonização para manter o poder colonial e a classificação racial nas mãos da população branca, posicionando o valor europeu acima dos outros, ou seja, promovendo a hierarquização e subordinação racial.

A dimensão que engloba a branquitude e a negritude é tão ampla que pensar em ambas as teorias separadamente seria inadequado pelo fato de que uma realidade não pode existir sem a outra. A negritude é consequência da branquitude, ou seja, a negritude foi definida e construída sob a base da necessidade de que a população negra fosse capaz de enxergar-se de forma positiva, que tivesse autoestima, amor-próprio e que lutasse por se contrapor à imagem negativa atrelada a eles pelos brancos.

O racismo estrutural que possibilita e facilita o racismo institucional tem sua base na branquitude e, em consequência, as instituições sociais, acadêmicas e religiosas estão construídas a partir do pensamento eurocêntrico que determina uma estrutura e coloca como errado o que se sai fora dela, o que dela difere, o que apresenta diferenças epistemológicas, religiosas e/ou culturais, entre outras diversas formas de pensamento, de atitude e de fé.

Assim, o objetivo dos estudos sobre branquitude é a colocação do branco como responsável dos prejuízos sofridos pelos negros, com o fim de criar consciência na população branca, para que esta possa se opor às injustiças raciais entendidas como parte de uma construção histórica que pode, de fato, ser desconstruída. Para isso, a participação da população branca é indispensável, sendo que as probabilidades de reparação histórico-social aumentam na medida em que o indivíduo branco acorda para sua própria posição, entendendo



que possui privilégios, assimilando que esses benefícios foram ganhos injustamente e proporcionando o apoio necessário aos negros.

Nas universidades brasileiras, o racismo institucional é dado, principalmente, pela adoção de teorias branco-europeias só. O epistemicídio identificado na rejeição da produção de conhecimento africano, da compreensão da sociedade brasileira através de teorias africanas baseadas na experiência do negro no Brasil, assim como também na falta de reconhecimento de autores africanos e afro-brasileiros e na falta de utilização das suas teorias em sala de aula são motivos suficientes para deduzir a existência do privilégio branco nas instituições universitárias do país.

1. A branquitude como construção histórico-social

O termo branquitude foi incluído como unidade de análise no universo acadêmico brasileiro a partir das pesquisas sobre as relações étnico-raciais. A tese de doutorado de Maria Aparecida Silva Bento “Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público” defendida em 2002 na Universidade de São Paulo, foi uma das pioneiras nos estudos sobre Branquitude, como apontado pelo Prof. Dr. Kabengele Munanga, no prefácio do livro: Branquitude, estudos sobre a identidade branca no Brasil.

Embora a academia tenha incorporado o vocábulo nas diversas áreas de humanidades e as pesquisas científicas tenham desenvolvido a teoria, os espaços não acadêmicos também formaram parte da integração do conceito, utilizado por aliados no compromisso de fazer com que todos os cidadãos brasileiros conheçam e compreendam a relevância social da luta antirracista, propondo projetos desenvolvidos fora da academia, a exemplo das lutas antirracistas organizadas pelo Movimento Negro.

Essa nova perspectiva representou para as pesquisas das relações étnico-raciais uma mudança drástica de paradigma, uma vez que interrompeu o foco dos estudos cujo escopo era analisar, questionar e interpelar à população negra sobre sua posição na construção da sociedade brasileira baseada na colonização e na escravidão que historicamente abusaram dos corpos negros para seu benefício, afiançando seu poder obtido às forças.

Para que a branquitude fosse considerada como objeto de estudo dentro das pesquisas das relações étnico-raciais e das relações de poder foi necessária a preocupação intelectual na busca das causas do racismo como é conhecido atualmente. Muitas pesquisas têm revelado a situação circunstancial que identifica um buraco na busca destas causas, consequências e soluções: a ilegitimidade das pesquisas sociais que visam identificar os problemas relacionados à população afro-brasileira para procurar soluções, dada pelo seu desenvolvimento a partir de teorias eurocêntricas.

A produção de conhecimento nas universidades brasileiras atualmente só pode atingir níveis entendidos pelas teorias branco-europeias, ou seja, a tentativa de entender o “outro” por meio de epistemologias externas a eles, não conquistaria os patamares desejados. Ao não serem consideradas as teorias produzidas por africanos e afro-brasileiros, desenvolvidas a partir de seu ponto de vista e seu lugar de fala, se dificulta obter uma melhor compreensão da situação dos descendentes de africanos no país, seus anseios e dificuldades, sendo que, através das teorias eurocentradas utilizadas como base nas pesquisas universitárias sobre as relações de poder, não será possível alcançar o entendimento das nuances relativas ao povo negro afro-brasileiro.

Os estudos sobre negritude e branquitude visam, então, produzir conhecimento sobre as atuais relações de poder entre negros e brancos, procurando a origem desse relacionamento desigual, onde à população negra sempre está em desvantagem. Isto não significa que as circunstâncias do tratamento injusto e a discriminação à população negra eram desconhecidas, não obstante, as formas ainda ativas do racismo conduziram a uma nova procura com o intuito de compreender os fatores concretos que impedem, apesar das diversas lutas antirracistas, o alcance de melhores condições de vida, a cessação da discriminação e, pensando de maneira mais esperançosa e otimista, a erradicação total do racismo.

Associando as pesquisas sobre negritude com seu novo par conceitual, branquitude, as colocações implicadas sobre os estudos cujo objetivo é a análise das relações étnico-raciais, considerando agora o novo objeto a ser analisado ou a nova perspectiva de pesquisa, são processadas através de diversos questionamentos preocupados por entender se, de fato, o sujeito branco da sociedade brasileira atual tem plena consciência da sua posição social, dos



seus privilégios e da sua participação e responsabilidade na discriminação vivenciada pela população negra.

Segundo a autora Edith Piza “o despertar de um indivíduo branco sobre sua própria racialidade é comparado ao forte impacto de uma pessoa ao bater em uma porta de vidro aparentemente inexistente” (2003, apud MIRANDA, 2017), por este motivo, as discussões sobre privilégios e branquitude devem ser mantidas com a população branca, para que assim seja consciente da sua responsabilidade perante o racismo. Essa tarefa, além de não ser simples, pode provocar uma reação negativa ou de total rejeição, assim como uma possível falta de credibilidade, pois muitos brancos negar-se-iam a aceitar uma premissa que ameaça suas vantagens sociais.

A compreensão da impossibilidade de avançar para uma sociedade antirracista em sua totalidade, sem a colaboração da população branca para reconhecer que o que eles falam de direitos fundamentais são, na verdade, privilégios obtidos como resultado do processo de colonização e escravidão no Brasil, é necessária e justa. Para que a população negra possa ter, finalmente, os mesmos privilégios da população branca, o primeiro a ser promovido é que estes não sejam mais compreendidos como privilégios e sim como direitos fundamentais da vida humana. Os povos originários do Brasil, no período colonial, perderam sua autonomia. Por mais que existisse uma força inerente à população indígena, eles não tiveram outra opção mais que sucumbir ao poder colonizador, pois os portugueses aclamavam sua “descoberta”², sua conquista, a qual eles não pretendiam negligenciar.

A história do Brasil está indiscutivelmente marcada pela figura do branco europeu colonizador como herói; a colonização foi colocada para o povo brasileiro como a origem da sua história, posicionando o branco como protagonista, deixando como personagens secundárias ao povo originário e aos negros escravizados, quem são apresentados como seres inferiores, descartáveis, inúteis e pouco importantes para a história da nação, sendo um obstáculo para sua evolução e progresso pelo que é quase fútil se quer nomeá-los.

²Utiliza-se o termo “descoberta” entre aspas, no entendimento de que quando os portugueses chegaram no Brasil, já existia uma população habitando esse espaço, o que significa que na conquista o Brasil não foi descoberto pela primeira vez por seres humanos, pois existiam já seus habitantes.

Os povos indígenas tiveram que sobreviver, quer dizer, aqueles que apenas conseguiram sobreviver, a esta invasão chamada de descoberta. Os colonizadores e historiadores os reduziram a simples sujeitos ignorantes e selvagens que precisavam da ajuda do colonizador para serem instruídos e para findar seu desconhecimento e idolatria com o fim de se tornarem úteis, sendo tratados como inquilinos retrógrados incapazes de serem funcionais para o desenvolvimento dos projetos coloniais, pois eles não entendiam que os colonizadores esperavam deles uma submissão total e negavam-se a mudar suas costumes e ceder seu espaço, tornando-se assim impedimento para a edificação do território colonizado.

A importância de relembrar esses fatos reincide na compreensão e aceitação da verdadeira história, dado que, entender, analisar e ressaltar o que realmente ocorreu, é fundamental para livrar os cidadãos brasileiros da colonialidade. Não é um segredo o fato de que os indígenas tiveram, e ainda têm, muitas dificuldades para se adaptar às regras impostas pelo colonizador e pelos que até os dias atuais os forçam a saírem das suas comunidades com o fim de “colaborar” com o desenvolvimento do país, sem se importar com a destruição do seu lar e dos seus corpos, pois se eles não cumpriam e não cumprem com essas demandas, eles eram, e ainda são assassinados.

O caso da população negra foi diferente, já que esta teve que sobreviver num país que não era o seu e se adaptar às normas dos escravocratas não podendo emitir opinião porque, segundo estes, as funções cognitivas e comunicativas não estavam dentro das possibilidades dos escravizados, sendo considerados animais, seres sem alma, sem capacidade de expressarem opiniões nem de terem pensamentos lógicos e coerentes, iniciando assim o racismo perpetuado no Brasil até o presente.

Os discursos hegemônicos contextualizados na contemporaneidade têm sua base histórico-social no período escravocrata, momento no qual foram construídos elementos determinantes para as relações de poder que estruturam a sociedade de forma vertical, focalizadas em categorizar os grupos étnico-raciais, favorecendo à população branca. Partindo desse pressuposto é possível compreender a origem dos termos branquitude e negritude entendidos como denominadores de dois conjuntos possuidores de características que determinam duas possibilidades raciais, continuamente em conflito, principalmente



demarcados pela cor da pele dos indivíduos, apesar de existirem outras especificidades envolvidas no processo discriminatório e que afirmam a divisão racial e social compreendida entre brancos e negros.

Atendendo ao significado das duas possibilidades raciais supracitadas, socialmente opostas, é imperativo compreender que enquanto a negritude proclama o reconhecimento, a aceitação e a consciência do que significa ser negro na sociedade brasileira, a branquitude, por outro lado, representa e denomina ao indivíduo branco como opressor, visando descobrir se toda à população branca está consciente desta qualificação e dos seus diversos motivos, discutindo e analisando o fato da existência de indivíduos brancos com pleno conhecimento dos seus privilégios e que, no entanto, não pretendem renunciar a esses benefícios sociais, acadêmicos, laborais, econômicos, religiosos, etc. e, em ocasiões, nem são entendidos como tal.

A negritude era discutida no âmbito acadêmico antes de começar a se pesquisar sobre a branquitude. É necessário, portanto, indagar sobre o porquê estes termos não foram trabalhados em conjunto desde o início, resultando na branquitude sendo afastada do inconsciente coletivo. Como já foi explicitado anteriormente, a verdade que elucida essa questão explica-se através da história da colonização brasileira e da escravidão que marcaram imediatamente a hierarquia racial no país, posicionando à população branca no primeiro lugar e subalternizando os outros, inclusive na academia, situando a população branca como o normal, como a norma, impedindo que o conhecimento, entenda-se as epistemologias e autores negros, fosse e seja considerado essencial para as investigações e discussões sobre os problemas raciais nas instituições universitárias.

Em relação à negritude e à identidade negra, o antropólogo Kabengele Munanga explica que:

A negritude e/ou a identidade negra se referem à história comum que liga de uma maneira ou de outra todos os grupos humanos que o olhar do grupo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros. A negritude não se refere somente à cultura dos povos portadores da pele negra que de fato são todos culturalmente diferentes. Na realidade, o que esses grupos humanos têm fundamentalmente em comum não é como parece indicar, o termo Negritude à cor da pele, mas sim o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que



isso, de ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas (MUNANGA, 2012, p.12).

Seguindo a lógica da explicação de Munanga, a negritude e a identidade negra representam o elo histórico sob o qual todos os negros do mundo foram identificados como grupo racial, impossibilitando assim a validação do pensamento racista que determina uma única identidade cultural para toda a população negra, expondo as verdadeiras razões de serem identificados dentro de um mesmo grupo racial: os abusos, as violações de direitos, a discriminação e a desumanização, sendo estas as características genuínas que os unem, sendo estas os motivos das suas lutas.

A Negritude, como conceito teórico, também reflete sobre o entorno social da população negra e de como este molda o significado de ser negro, as desvantagens implicadas e as situações próprias do cotidiano das pessoas negras e que a população branca não vivencia. Apesar disso, a negritude carrega a consciência de ser negro e a aceitação da sua história, sua cultura, suas origens, sua fisionomia, isto é, sua identidade. Por outro lado, as discussões referentes ao conceito de branquitude tomam um caminho diferente, não só por existir o imaginário social de que a população branca é uma raça distinta, oposta, mas também pela posição de superioridade atribuída a essa população.

Para compreender melhor esta distinção, observe-se a definição de branquitude dada pela autora Silva (2017, p. 27-28):

A branquitude é um construto ideológico, no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir do seu ponto de vista. Ela implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento dos não brancos. Tais vantagens são frutos de uma desigualdade na distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais e simbólicos. Ela apresenta-se como norma, ao mesmo tempo em que como identidade neutra, tendo a prerrogativa de fazer-se presente na consciência de seu portador, quando é conveniente, isto é, quando o que está em jogo é a perda de vantagens e privilégios.

Isto significa que, a partir da classificação feita pelo branco, são determinadas as relações de poder do branco sobre o negro. Neste cenário, a distribuição do capital e dos benefícios não é justa, pois prioriza satisfazer à população branca, esquecendo as



necessidades da população negra que tem que se conformar com as posses básicas para viver. Novamente, Silva (2017) chama a atenção ao fato de que a branquitude:

deve ser interpretada como elemento resultante da estrutura colonialista, [...] entendida como resultado da relação colonial que legou determinada configuração às subjetividades de indivíduos e orientou lugares sociais para brancos e não brancos.

Portanto, as relações de poder aqui concebidas, entre indivíduos negros e brancos, não são mais do que vestígios da predominância hegemônica herdada da época colonial, onde foi impedida a ascensão da população negra e lhes foi negada a possibilidade de alcançar a posição outorgada inicialmente à população branca, situação estendida até os dias atuais e observada claramente na sociedade. O autor Silvério (2002, *apud* Silva, 2017) afirma que:

Esta consciência silenciada ou experiência branca pode ser definida como ‘uma forma sócio-histórica de consciência nascida das relações capitalistas e leis coloniais, hoje compreendida como ‘relações emergentes entre grupos dominantes e subordinados’. Essa branquitude como geradora de conflitos raciais demarca concepções ideológicas, práticas sociais e formação cultural, identificadas com e para brancos como de ordem ‘branca’ e, por consequência, socialmente hegemônica.

Os significados postos nesta reflexão trazem para o texto em questão a responsabilidade de reiterar que a branquitude é, de fato, “geradora de conflitos raciais” como apontado pelo autor e que, na sua concepção primária, criou uma borbulha social ideológica para à população branca, fazendo com que a população negra fosse impedida de ter sua humanidade completamente reconhecida, de ter afeto, de ser vinculada com valores como honestidade e amorosidade, assim como também, através do epistemicídio, foi privada de intelectualidade. Porém, esses conflitos vão além de um simples impasse social entre negros e brancos, pois é a concretização de um sistema nascido para oprimir uma raça, para deslegitimar sua história, demonizar suas religiões, proibir sua liberdade, e apagar seu conhecimento.

A partir disso nasce uma reflexão importante: por que é comum pensar em identidade negra e nos significados implícitos e explícitos da negritude e não em identidade branca? A resposta está na compreensão do branco como identidade e raça superior, mesmo sendo uma posição não legitimada, nem válida. O certo é que a raça branca não se vê a ela mesma como raça, mas sim como base, como norma, motivo pelo qual se sentem merecedores de um

tratamento diferenciado, nunca igual ao da população negra pois não são iguais e não devem ser tratados como iguais.

A compreensão atual do termo raça é utilizada para diferenciar um grupo de pessoas de outro, conseqüentemente, no inconsciente coletivo da população branca, aqueles que possuem raça são os outros, os diferentes, os abjetos, aqueles que, basicamente, não são eles. Como explicado por Oliveira (2014) “a branquitude emerge dissecando no outro aquilo que lhe parece estranho e indesejável”, ou seja, é construída como oposta ao “outro” (apud SILVA, 2017). Ao definir uma população como a norma, os outros, os desiguais, passam a sofrer as conseqüências de serem diferentes, “anormais”, de saírem do padrão, o que resulta em abusos, injustiças, violência, discriminação, ódio, enfim, em racismo. É como resultado disso que surge a necessidade da existência da branquitude como conceito, considerando o processo de discriminação racial vivenciado pela população negra brasileira até os dias atuais, para assim entender as relações de poder envolvidas neste processo.

Infelizmente, a situação nas instituições universitárias do país não é uma exceção a esta regra determinada pela colonialidade do saber. A imposição do uso de metodologias, teorias e autores que nada têm a ver com os afro-brasileiros é uma técnica recorrente nas universidades, imposição que parte do pressuposto de que a população negra, por conta de ter seu passado ligado a escravização, não possui a capacidade de produzir epistemologias dignas de produção e desenvolvimento acadêmico, portanto, são destinadas a lugares não tão importantes quanto às teorias europeias.

2. A branquitude não pode existir sem a negritude

Com o intuito de iniciar discussões acadêmicas sobre branquitude é necessário pensar também em negritude. O privilégio branco existe porque a população negra não tem acesso às vantagens por ele outorgadas à população branca, pelo que, desde esse ponto de vista, não teria sentido indagar sobre consciência negra e negritude sem considerar a sua razão de existência, seu contraponto: a branquitude, isto é, a urgência de falar e discutir paralelamente as causas e conseqüências de um dos problemas mais antigos da nação brasileira, o racismo.



Neste sentido é necessário lembrar que a mestiçagem é usualmente utilizada como justificativa da negação de aceitar que o Brasil é um país com altos níveis de discriminação racial, mistificado pela democracia racial. O privilégio branco é tido como norma para muitos brasileiros, pelo que, sob essa lógica, seria estranho questionar “o normal” estilo de vida e vantagens da população branca, sendo inusitado duvidar do seu merecimento.

Considerando a premissa supracitada, provocar questionamentos sobre esses privilégios e o fato de que os mesmos só existem para uma parte da população é imprescindível, já que, em outra instância, o privilégio branco não deveria ser mais do que garantias dos direitos humanos para a vida em sociedade, abrangendo a todos os brasileiros por igual e não um marcador étnico-racial que impossibilita e, muitas vezes, arrebatou a vida da população negra, cuja existência tem sido marginalizada de forma prolongada.

Ao contrário da negritude, a branquitude é a representação não dos tratamentos negativos recebidos pelas pessoas brancas em comparação com as pessoas negras, nem das desvantagens de ser branco num país miscigenado, todavia, é sobre a discussão dos privilégios da população branca e da falta de garantia e do respeito aos direitos humanos da população negra, de benefícios possíveis para só uma parte dos cidadãos pertencentes ao mesmo país, assim como também sobre a discussão das diferentes experiências vivenciadas, por negros e brancos em situações comuns, como por exemplo, a experiência escolar podendo ser muito diferente se se trata de uma criança negra ou de uma criança branca, acontecendo também no âmbito laboral.

A população branca no Brasil nunca sentiu a necessidade de falar em aceitação, em identidade, em cultura, em padrões de beleza, acadêmicos ou religiosos, nem de pensar em como a sociedade os observa e os julga diariamente; não se preocupam por ter que provar seu nível de inteligência ou habilidade no trabalho, universidade ou escola para demonstrar que seus conhecimentos e capacidades estão no mesmo nível que os dos outros. Pelo contrário, são os negros quem frequentemente precisam evidenciar que são tão capazes quanto os brancos, evitando veementemente equivocar-se pois, se erram, os brancos relacionarão a falha com a cor da pele. Em vista disso, os negros devem manter uma excelente postura como cidadãos para não serem julgados imediatamente como delinquentes, evidenciando assim o estigma histórico-social racista, pois os brancos experienciam o cotidiano de forma totalmente

diferente, sendo os que marcam o padrão, o desejável, não vivenciando situações que os coloquem à margem.

Vários caminhos foram necessários para que a estrutura político-social brasileira fosse direcionada para uma sociedade onde é comum observar o racismo estrutural, ambiental e religioso, pois a posição de cada um dos atores sociais foi determinada inicialmente, dando prioridade, estabilidade e superioridade ao branco e conseqüentemente deu a posição secundária e marginalizada ao negro. Os discursos religiosos do cristianismo, por exemplo, são um fator ideológico importante na manutenção do racismo, uma vez que proferem uma única crença possível e, ao mesmo tempo, discriminam e demonizam outras, em especial, à religiosidade africana.

Esses discursos religiosos que enunciam a vantagem do pobre no caminho ao céu, da pessoa que sofre, do desamparado, daquele que foi desprovido das suas pertencas e da sua humanidade, acaba justificando a desumanidade pela promessa cristã de que o céu, o paraíso cristão, está reservado para os que em vida sofreram injustiças. Ironicamente, estes discursos foram promulgados pelos colonizadores que trouxeram a religião católica para o Brasil e que marginalizaram e desumanizaram os povos originários e os escravizados, mas que, simultaneamente, expressavam que se os indígenas e os negros não aceitavam a religião católica continuariam sendo ignorantes e supersticiosos, impondo-lhes ironicamente, uma religião que privilegia o marginalizado e castiga o opressor.

O fortalecimento da branquitude na sociedade brasileira é dado pela construção social, política e religiosa iniciada na época colonial com o intuito de privilegiar as crenças e o pensamento eurocêntricos, pelo que para debater sobre racismo e antirracismo é preciso analisar os meios sociais, políticos, religiosos, estruturais e ideológicos de sua constituição e preservação, sendo estes os instrumentos utilizados pela população branca para concretizar o racismo.

Uma ação contundente que determinaria o início do fim do racismo, tendo em consideração o debate sobre negritude e branquitude, seria o entendimento e aceitação por parte da população branca dos seus próprios benefícios, uma vez que o reconhecimento do privilégio branco estabeleceria novas discussões, interrompendo o silêncio gerado em torno



dele, originando mudanças nesse cenário carregado de injustiças onde a população negra é vista por muitos atores sociais, políticos, judiciais e institucionais como pessoal de menor categoria, de menor capacidade intelectual e com maior risco de serem violentos e delinquentes, para que assim, após aceitarem e reconhecerem o privilégio branco, sejam capazes de tomar consciência, acordar para as injustiças e se juntar à luta antirracista, planejando novos cenários possíveis para a população negra.

Esta nova perspectiva desenvolveria manifestações antirracistas explícitas por parte dos brancos que seriam capazes de reconhecer facilmente e denunciar qualquer manifestação de racismo partindo de uma consciência antirracista internalizada, reprovando a discriminação, compreendendo a posição dos negros e os verdadeiros motivos do racismo.

A tomada de decisões institucionais no sistema educativo, político, econômico, jurídico e social é um privilégio da população branca, pelo que a população negra acaba sendo prejudicada e pagando as consequências de um sistema pensado em beneficiar a uma só parte da população. O sistema religioso predominante no território brasileiro é o imposto pelos colonizadores, a religião católica, cuja base fundacional como instituição tem origem na Europa, sendo que o catolicismo é também uma instituição dominante e dominada por brancos, evidenciando-se assim como o racismo estrutural, estruturado pelos brancos, gerou o racismo organizado nas instituições, fazendo com que os negros que ingressam nas universidades devam adaptar-se a mais uma forma de opressão, a acadêmica.

Por outro lado, considerando a miscigenação acontecida no Brasil, um novo conceito trouxe questionamentos sobre as relações de poder e os diferentes níveis de acesso a vantagens dependendo da posição na pirâmide racial e social brasileira. Ao se tratar de uma sociedade miscigenada e desenvolvida em base da mistura dos povos originários, os africanos e os europeus, auspiciada pela ideia do branqueamento, o resultado da miscigenação tornou difícil a separação das pessoas somente entre brancos e negros.

Apesar disso, a necessidade da manutenção do racismo e das relações de poder teve que buscar alternativas para continuar discriminando e marginalizando. É assim que surge o colorismo, com o objetivo de manter uma ordem descendente na pirâmide racial, onde o branco permanece no topo e o negro é destinado a permanecer na base, porém, o que o colorismo propõe é que aqueles que estejam nas posições intermédias vejam seus privilégios

incrementados enquanto o tom da pele se aproxime mais ao dos indivíduos localizados na cima, enquanto os que se aproximem às posições inferiores receberão mais injustiça e discriminação.

O colorismo é então uma ideia relacionada à branquitude que traz consigo a hierarquia racial e é respaldada pela cultura hegemônica ocidental. Este novo termo analisa como os brancos e “não brancos” continuam unidos nas dicotomias discriminadoras do bem e do mal, do bom e do ruim, da luz e da escuridão, do sagrado e do profano, do indivíduo trabalhador e do preguiçoso, do bom cidadão e do delinquente, entre outras distinções onde os qualificativos positivos estarão sempre vinculados aos brancos e os qualificativos negativos atrelados imediatamente aos negros, porém, estas categorias são agora determinadas pelo nível de melanina na pele.

Ao falar de “não branco” se faz referência a todos os indivíduos que não se encaixam no padrão normativo eurocêntrico. Esse termo é outra produção da branquitude, pois ao nomear os negros como “não brancos” exprime-se a ideia de que os negros não possuem denominação própria e só podem ser identificados e deduzidos a partir dos brancos, ou seja, no processo de identificação da sua identidade racial precisam ser designados como a raça oposta aos brancos, sendo suficiente para distingui-los olhar para a norma, a base, para depois denominá-los como diferentes, estranhos, alheios ao normal, isto é, “não norma”, “não normais”, “não brancos”.

Reproduzindo essa denominação afirma-se que o negro não tem identidade e basta com designá-lo como não branco, restando importância a sua humanidade, colocando-os como subproduto do branco, um indivíduo que veio depois, eliminando a possibilidade de que os dois estejam na mesma categoria, inferiorizando-os. No universo da população branca, eles são o centro e os outros seres simplesmente “não são eles” e com isso basta para identificá-los. Partindo dessa afirmação, é necessário questionar se a população branca está ou não consciente dos seus privilégios, incluindo o privilégio de ser a “raça base” da qual partem as denominações dos "outros" e, no caso de que de fato tenham consciência, questionar a possibilidade de que não queiram reconhecê-los por medo de perdê-los.



O reconhecimento dos benefícios possuídos pela população branca é fundamental e a sua negação é o obstáculo principal da luta antirracista. No Brasil, o mito da democracia racial e a crença na meritocracia esforçam-se em silenciar a realidade das desvantagens que a população negra tem em relação à população branca, alegando que os brancos conseguem esses benefícios pelas qualidades, destrezas, talentos, capacidades físicas e intelectuais intrínsecas a eles, portanto, através da meritocracia, eles obtêm posições bem merecidas, deixando para a população negra, que não possui essas “habilidades”, as atividades que a população branca não deseja realizar ou que sentem que não deveriam fazer, como por exemplo, o trabalho de faxineira que é comumente ligado às negras.

Esse pensamento torna a identidade racial branca como modelo intelectual e físico, tendo influenciado na dificuldade de aceitação da identidade negra. Achando-se o padrão, representando o desejável e o objetivo a ser alcançado, faz com que o processo de autorreconhecimento e valorização individual dos membros da população negra seja muito difícil, sobretudo no período da infância e da adolescência onde os processos de construção da identidade são iniciados.

Apesar da sua superioridade dentro das relações de poder, a população branca tem um papel indispensável na luta antirracista, pois vendo o racismo como construção social, existe a possibilidade de que seja desconstruído por não pertencer à ordem do natural. Sendo uma criação humana, os indivíduos brancos são capazes de desfazer essa construção através de questionamentos sobre os danos que sua posição tem causado à população negra. Só assim poderão formar parte da solução definitiva.

Como já foi dito, o mito da democracia racial e a meritocracia servem como catalisadores para a evolução do racismo. A miscigenação tem contribuído para ocultar a base estrutural racista do país, em vista que, uma grande parte da população considera que o Brasil é um país miscigenado e, portanto, é impossível falar em racismo e muito menos em racismo institucional, pois isso significaria que os brasileiros não só vivem num país racista, mas que o racismo é bem organizado, planejado, sistematizado e pior, disfarçado pelos setores interessados em manter a estrutura racista que implica a concessão de benefícios para certos atores sociais em detrimento de outros.

Os estudos sobre branquitude deram a pesquisadores e ativistas antirracistas a oportunidade de ter um novo olhar dentro das pesquisas sobre os vários tipos de racismo, em vista que, mesmo sabendo quem são os privilegiados deste sistema discriminatório, o objetivo principal sempre foi estudar o negro e a negritude. A branquitude propõe o estudo do branco dentro das relações étnico-raciais e não só como ator social, mas como agente principal e responsável das diferenças geradas pelas relações de poder que provocam, e têm provocado durante muito tempo, a grande fatalidade que é o racismo.

Entendendo o *modus operandi* da sociedade brasileira atual, os estudos das relações étnico-raciais, da negritude e da branquitude formam a base teórica a ser utilizada na organização sistematizada das lutas antirracistas, já que, além de evidenciar a branquitude como reprodutora da institucionalização do racismo, procura modificar a posição do branco como opressor, apoiando-se na ideia de que ao expor a população branca como culpável, fazendo com que entenda e reconheça sua responsabilidade, conseguir-se-á a rejeição do racismo por parte dos brancos. No entanto, quando a branquitude alcança níveis superiores, isto é, níveis estruturais, o problema torna-se mais denso, pois quando o racismo institucional acadêmico entra em cena torna-se mais difícil a sua desestruturação.

Infelizmente, as instituições que deveriam ser modelos de respeito e justiça acadêmica, ambiental, judicial e social mantêm o racismo em funcionamento, envolvendo seus alunos afrodescendentes, no caso das universidades, num ambiente no qual não poderiam desenvolver teorias e práticas a partir de epistemologias negras para resolver os problemas sociais dos afro-brasileiros. É por este motivo que o racismo está tão enraizado e vigente na sociedade brasileira na atualidade, já que está respaldado pelas instituições.

O racismo nas instituições judiciais também é um debate constante. A população negra está constantemente à mercê do sistema judicial e policial, uma vez que estes, ao invés de cumprir a função de protegê-los, encontram, com frequência, oportunidades para aplicar justiça indevida. As desvantagens atadas à população negra são observadas em diversas situações, como no momento no qual um negro procura ajuda no sistema judicial e o seu caso é posto em dúvida. A situação piora quando a justiça tem suspeita de uma pessoa negra e o coloca imediatamente como criminoso.



A preocupação pela possibilidade de perda de benefícios tida pela população branca demonstra a existência do racismo e da branquitude que os acostuma a terem seus privilégios garantidos. O racismo velado permite que a identidade racial branca mantenha sua invisibilidade, ou seja, sua suposta neutralidade que a coloca como base e que habitua os brancos ao seu estilo de vida, normalizando-o, sem perceber o prejuízo que isso significa para a população negra e sem sentir a necessidade de mudanças sociais. Contudo, quando essas mudanças acontecem é que eles veem sua superioridade ameaçada.

Um belo exemplo para ilustrar essa questão é a implementação de ações afirmativas que designam cotas raciais para o ingresso de negros nas universidades, sendo esta uma tentativa de reparação social dos danos ocasionados à população negra desde o período da escravidão até a atualidade. No momento em que os brancos se encontram frente a um processo que exige uma quantidade de cotas destinadas aos negros, eles veem-se ameaçados e é ali que percebem seus privilégios, evidenciando mais uma forma em que a branquitude se torna perceptível nas instituições universitárias.

Partindo dessa perspectiva, cabe questionar se a população branca tem possibilidades reais de ser antirracista ou se a ameaça a seus privilégios representa mudanças muito difíceis de aceitar. Outros questionamentos como: é possível pensar que toda a população branca é reprodutora da branquitude? e, no caso de ficarem revoltados por perderem algum benefício, ou melhor, por estenderem esse benefício à população negra, faz com que automaticamente sejam racistas?

Respondendo a essas perguntas poder-se-á compreender se é por esse motivo que o racismo ainda tem tanta força na sociedade brasileira e, de igual forma, entender o porquê se existe uma grande parte da população branca que se diz antirracista, ainda continua vendo seus privilégios como normal e não está disposta a perdê-los.

A intenção deste trabalho não é a de trazer conclusões com respostas exatas a esses questionamentos, pois a realidade é que não existem fórmulas perfeitas de reparação social na atualidade. Em vista disso, o objetivo é o de traçar o caminho transitado até agora naquilo que respeita às relações étnico-raciais, a negritude e a branquitude que determinam as bases do racismo estrutural, especialmente nas instituições universitárias.

O privilégio branco que situa a população branca no lugar superior, impede a formulação de perguntas como: de que forma os brancos apagaram outras identidades para se posicionar no topo da pirâmide de poder? Isto se deu de forma natural ou foi uma construção histórica? Essa situação pode ser revertida, transformada, mudada? Os brancos, atualmente, querem continuar nessa posição ou já perceberam que as relações de poder dificultam a vida dos negros? Eles se importam com as vicissitudes da população negra? Desfrutam da situação ou os incomoda? Eles têm plena consciência de que enquanto eles vivem uma vida digna, a população negra sofre estragos no cotidiano? Os brancos têm disposição de mudar essa realidade ou preferem ficar no seu lugar de conforto?

Infelizmente, o que até agora tem se construído em matéria das relações étnico-raciais implicadas nas relações de poder, tem resultado em mais perguntas do que respostas, no entanto, essas interrogações servem para entender a atual situação dos conflitos raciais e das lutas antirracistas, quais os avanços alcançados até agora e, de igual forma, apresenta oportunidades para compreender melhor de que maneira continuar avançando para lograr a extinção definitiva do racismo no Brasil, considerando todos os entraves ainda vigentes.

As expectativas da população negra, além de serem motivadas pelo desejo de liberdade e aceitação, são visualizadas e construídas para criar e fortalecer um território no qual todos os cidadãos possam “ser”, no sentido de desenvolver sua identidade sem ser sometidos pelo prejuízo dos brancos e possam estar nos espaços e habitá-los sem medo e com liberdade. Dentro destes espaços estariam as instituições universitárias que precisam de uma reformulação evidente para abranger todas as metodologias, teorias e epistemologias que tenham a capacidade de trabalhar em conjunto a favor da população afro-brasileira, incluídas as de teor africano.

Afinal, o negro quer ser respeitado pela sua cultura, pela sua religião, pelas suas epistemologias, pela sua cor de pele, quer ter seus desejos respeitados, assim como também, suas motivações, sentimentos, metas e sua busca pela felicidade. A utopia que faz imaginar cenários diferentes, melhores, inclusivos, prazerosos, poderia ser, futuramente, uma possibilidade real, procurando uma sociedade onde todos sejam felizes e se respeitem uns aos



outros? Poderiam, sinceramente, os seres, materializar um mundo onde seja dado para a população negra um espaço digno para existir?

Conclusão

A teoria da branquitude busca estudar ao branco como indivíduo de privilégios, enquanto a negritude visa apresentar as características da população negra, sua origem, sua cultura, sua religião, e demonstrar que eles ainda têm dificuldade na aceitação da sua identidade, visto que a identidade racial branca se sobrepõe, até o presente, à identidade racial negra.

Com o intuito de posicionar a população branca e a população negra dentro das relações de poder, estes dois conceitos devem ser trabalhados conjuntamente para compreender como se relacionam e, de igual forma, para analisar como podem ser utilizados para romper, definitivamente, com as divisões e desigualdades que impedem a justa distribuição dos elementos necessários para a vida em sociedade e que mantêm a hierarquia epistemológica, religiosa e cultural.

A conjuntura contemporânea da população branca, possuidora dessa branquitude que gera conflitos, que subordina, minimiza e extermina negros, os coloca numa posição habitual de superioridade da qual eles se acham merecedores, sendo que, para eles, o fato de que os “outros”, os “não brancos” não estejam na mesma posição, não é sua culpa. Os brancos costumam pensar que ganharam seus direitos de forma natural e que não existe uma construção histórico-social que os coloque acima das pessoas negras, tirando deles mesmos a responsabilidade. Dessarte, para a erradicação do racismo nos seus diversos níveis e magnitudes, é imperativo que a população branca entenda sua participação histórica na dominação e discriminação da população negra, pois só a partir dessa mudança de pensamento, serão capazes de se opor à marginalização, destruindo a estrutura e detendo a reprodução do racismo.

O racismo estrutural no país se evidencia pela estrutura bem organizada e discriminatória da sociedade, veiculada pelo racismo religioso, cultural e institucional. As universidades, pela inflexibilidade epistemológica, demonstram como a branquitude asfixia

outras possibilidades de compreensão da realidade, que não sejam as dadas através do olhar eurocêntrico.

Eis o objetivo dos estudos das relações étnico-raciais, identificar os fatores inerentes aos grupos raciais da sociedade brasileira, a sua situação de vida, as suas desvantagens e os seus privilégios para entender como funcionam as estruturas de poder, buscando fórmulas para desconstruí-las e para trabalhar em prol de todos os cidadãos por igual.

Baseado no esforço de amenizar o sofrimento da população negra no Brasil, os intelectuais concretizaram o conceito epistemológico negritude para formalizar teoricamente os estudos sobre racismo e injustiças sociais. Por outro lado, pela necessidade de explicar a origem e os motivos da manutenção do racismo surgiu um outro conceito epistemológico denominado como branquitude, em vista de que os estudos sobre a negritude e a consciência negra “não abordam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios” (BENTO, 2002), gerando assim um novo campo conceitual de pesquisa social e histórica que visa evidenciar o silenciamento dos privilégio brancos. Por conseguinte, negritude e branquitude são conceitos inseparáveis. Não é possível pensar em negritude sem o seu par dicotômico branquitude, entendendo que uma realidade não pode existir sem a outra.

Também é importante lembrar que os estudos sobre negritude correspondem à interpretação das características da população negra, assim como das suas delimitações demarcadas por oposição ao branco, isto é, o surgimento dos estudos sobre negritude busca apresentar e visibilizar o negro desde uma perspectiva diferente daquela determinada pelos brancos, através de diferenças bem demarcadas e não simplesmente associadas a tudo o que o branco não é. O objetivo é posicionar a identidade negra na sociedade, mostrando suas qualidades e virtudes, então, é através desta teoria que a população negra busca mostrar-se de forma positiva, contrária a imagem que se tem formado deles a partir da comparação histórica com o branco.



Referências

BENTO, M. **Branqueamento e Branquitude no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MIRANDA, J. Branquitude invisível: pessoas brancas e a não percepção dos privilégios: verdade ou hipocrisia? *In*: PEDROSO, T.M.; CARDOSO, L. (orgs). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

MUNANGA, K. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da ABPN**, Goiânia: ABPN, v. 4, n. 8, p. 6-14, jul./out, 2012.

SILVA, P. O conceito de branquitude: reflexões para um campo de estudo. *In*: PEDROSO, T.M.; CARDOSO, L. (orgs). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: 15 de novembro de 2021.

Artigo aprovado para publicação em: 30 de novembro de 2021.